

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.654.053 - SP (2020/0017992-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : NIUVA CUNHA DE LIMA ALVES
ADVOGADOS : ALBERTO HARUO TAKAKI - SP356274
LUIZ FERNANDO APARECIDO GIMENES - SP345062
AGRAVADO : SABEMI SEGURADORA S/A
ADVOGADO : JULIANO MARTINS MANSUR - RJ113786

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por NIUVA CUNHA DE LIMA ALVES, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre apresentado fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS.

Descontos de parcelas de prêmio de seguro diretamente na conta bancária da autora que se mostraram indevidos. Incontroverso que as assinaturas apostas na proposta de contratação não eram da autora. Ausência de elementos indicativos de que a ré é responsável pela falsificação. Danos morais não configurados.

Mero aborrecimento. Recurso desprovido.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do arts. 186, 927 do CC e 6º, VI, do CDC, no que concerne ao dever de indenizar, no presente caso, trazendo os seguintes argumentos:

A recorrida deve responder pela falta de lisura em seus procedimentos, vez que tomou medidas que ensejaram prejuízos de ordem moral a parte recorrente, que foi privada de verba previdenciária e, portanto, de origem alimentar EM RAZÃO DA FRAUDE PERPETRADA PELA RECORRIDA que acabou por falsificar assinatura da parte Recorrente para efetivar descontos criminosos.

Resta evidente que o v. acórdão, com o devido acatamento, acabou por violar os artigos 186 e 927 do código civil, bem como art. 6º, inciso VI, do CDC (fl. 133).

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos

Superior Tribunal de Justiça

seguintes termos:

[...] no caso concreto não se vislumbrou a ocorrência de situação excepcional que pudesse amparar a alegação da apelante de que ela suportou abalo moral, não se pode reconhecer que ele sofreu danos extrapatrimoniais passíveis de reparação (fl. 125).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à presença ou não dos elementos que configuram o dano moral indenizável exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Confirmam-se os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.365.794/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 9/12/2013; AgRg no Ag 1.408.221/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/6/2012; AgInt no REsp 1.785.677/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 2/9/2019; AgInt no AREsp 1.486.359/SC, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no REsp 1.652.916/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no AREsp 1.413.617/GO, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 17/5/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente